



## AGENDA DA SEMANA

## INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

### Semana é marcada pela divulgação de dados de inflação no Brasil e nos EUA.

**O destaque da semana é o resultado do IPCA de março, que deve trazer um número relativamente pressionado no mês, já refletindo alguns efeitos do conflito no Oriente Médio.** O IBGE divulga o índice na sexta-feira (10) e, segundo o consenso da Bloomberg, a expectativa é de alta de 0,75% no período. O resultado deve refletir, sobretudo, o avanço dos preços dos combustíveis, em função da elevação do preço do petróleo, além de aumentos nos preços dos alimentos no domicílio e dos serviços. Com isso, o IPCA deve acelerar no acumulado em 12 meses para 4,01% (ante 3,81%), retornando para o patamar de 4,0%. Caso se confirme, o resultado tende a reforçar a postura de cautela do Banco Central, que pode optar novamente por uma redução de apenas 0,25 p.p. na taxa Selic em sua próxima reunião, nos dias 28 e 29 de abril.

**Ainda no âmbito da inflação, a FGV divulga o IGP-DI na quarta (8), que, por sua vez, deve retornar ao terreno positivo no mês.** Segundo as expectativas, o índice deve subir 1,08% no mês, revertendo a queda de 0,84% em fevereiro, pressionado pelo avanço dos derivados de petróleo e das *commodities* agrícolas no atacado. Apesar disso, o IGP-DI deve permanecer em deflação no acumulado em 12 meses (-1,37%), embora com aceleração ante fevereiro (-2,90%). Em conjunto, o IPCA e o IGP-DI tendem a reforçar o cenário de inflação mais elevada em 2026.

**No setor externo, a balança comercial deve registrar superávit de US\$ 6,9 bi em março, pouco abaixo do observado em março de 2025 (US\$ 7,7 bi).** Segundo a prévia já divulgada pela Secex, exportações e importações devem apresentar certa estabilidade no período (ante mar/25). No entanto, pelo lado das exportações, as vendas de petróleo bruto devem mostrar alta expressiva, refletindo o aumento do preço do barril, compensado pela queda das exportações de itens relevantes, como café, soja e minério de ferro. No acumulado em 12 meses, o saldo comercial deve seguir próximo a US\$ 74 bi.

**No âmbito internacional, os agentes seguem atentos aos desdobramentos do conflito no Oriente Médio, que se arrasta sem perspectiva de um fim no curto prazo.** O presidente Trump voltou a ameaçar atacar a infraestrutura energética do Irã, caso o país não aceite as condições impostas pelos EUA para um cessar-fogo. Por outro lado, o Irã nega qualquer tentativa de negociação e segue atacando os países vizinhos. Ao mesmo tempo, os agentes observam os esforços da Inglaterra e um grupo de países em reabrir o Estreito de Ormuz, visando aliviar o suprimento global de uma série de itens, desde petróleo/gás a fertilizantes, ainda que as chances de êxito também pareçam bem limitadas.

**Entre os indicadores, destaque para os efeitos da guerra sobre a leitura da inflação ao consumidor (CPI) de março nos EUA.** O dado será conhecido nesta sexta (10), com expectativa de alta de 1,0% no mês, a maior variação mensal desde jun/22 (+1,3%), refletindo o aumento dos preços de energia, com destaque para a gasolina, que atingiu o patamar de US\$ 4 por galão, o mais elevado desde 2022 (início da guerra na Ucrânia). Com isso, o índice deve acelerar para 3,4% no acumulado em 12 meses (ante +2,4% em fev/26). Ainda em relação à inflação, será divulgado na quinta (9) o deflator de gastos pessoais (PCE), referente a fevereiro. A expectativa é de estabilidade em 2,8% nos últimos 12 meses, ainda sem refletir os efeitos da guerra.

**A semana também traz a ata da última reunião do Fed e indicadores de atividade.** Na quarta-feira (8) será divulgada a ata do encontro que manteve os *Fed Funds* no intervalo entre 3,50% e 3,75% ao ano. O documento deve detalhar as discussões sobre os efeitos da guerra na economia norte-americana e suas implicações para a política monetária, embora parte do conteúdo possa ser considerada defasada diante do ambiente bastante dinâmico. A agenda se encerra com a leitura final do PIB do 4º trimestre de 2025, dados de renda e gastos pessoais e de confiança dos consumidores.



## INDICADORES DA SEMANA

### NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
07/abr	Secex: Balança Comercial	Mar/26	US\$ 6,9 bi	US\$ 4,2 bi
07/abr	Anfavea: Produção de Veículos	Mar/26	-	-8,2% a/a
08/abr	FGV: IGP-DI	Mar/26	1,08% m/m -1,37% a/a	-0,84% m/m -2,90% a/a
10/abr	IBGE: IPCA	Mar/26	0,75% m/m 4,01% a/a	0,70% m/m 3,81% a/a
Sem data	Fenabreve: Emplacamento de Veículos	Mar/26	-	0,12% a/a

Fonte: Bloomberg.

### INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
06/abr	EUA	ISM Serviços	Mar/26	54,9 pts	56,1 pts
07/abr	Zona do Euro	PMI Serviços	Mar/26 - Final	50,1 pts	51,9 pts
07/abr	EUA	Crédito ao Consumidor	Fev/26	US\$ 11,3 bi	US\$ 8,1 bi
08/abr	Zona do Euro	Vendas no varejo	Fev/26	-0,2% m/m	-0,1% m/m
08/abr	EUA	Fed: Ata da última reunião do Fomc	-	-	-
09/abr	China	Inflação ao Consumidor (CPI)	Mar/26	1,2% a/a	1,3% a/a
09/abr	China	Inflação ao Produtor (PPI)	Mar/26	0,5% a/a	-0,9% a/a
09/abr	EUA	PIB	4º tri/25 - Final	0,7% t/t-1 (anualizado)	4,4% t/t-1 (anualizado)
09/abr	EUA	Renda e Gastos Pessoais	Fev/26	0,3% m/m 0,6% m/m	0,4% m/m 0,4% m/m
09/abr	EUA	Deflator dos Gastos do Consumo Pessoal (PCE)	Fev/26	0,4% m/m 2,8% a/a	0,3% m/m 2,8% a/a
10/abr	EUA	Inflação ao Consumidor (CPI)	Mar/26	1,0% m/m 3,4% a/a	0,3% m/m 2,4% a/a
10/abr	EUA	Confiança do Consumidor (Univ. Michigan)	Abri/26 - Prévia	51,8 pts	53,3 pts

Fonte: Bloomberg.

## ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

## INDICADORES ECONÔMICOS

### Indústria mostra retomada no 1T26, enquanto mercado de trabalho segue em acomodação

A indústria manteve trajetória de crescimento em fevereiro e deve encerrar o 1T26 em expansão, após desempenho mais fraco ao final de 2025. Segundo a PIM/IBGE, a produção industrial avançou 0,9% em fev/26, ligeiramente acima do esperado (+0,8%) e após alta expressiva de 2,1% em jan/26. Esse desempenho reverte o resultado negativo observado no 4T25 (-0,6%) e sinaliza maior dinamismo no início de 2026, sugerindo alguma retomada da atividade industrial no curto prazo. Como resultado, o setor acumula um *carry-over* de 1,3% para o 1T26.

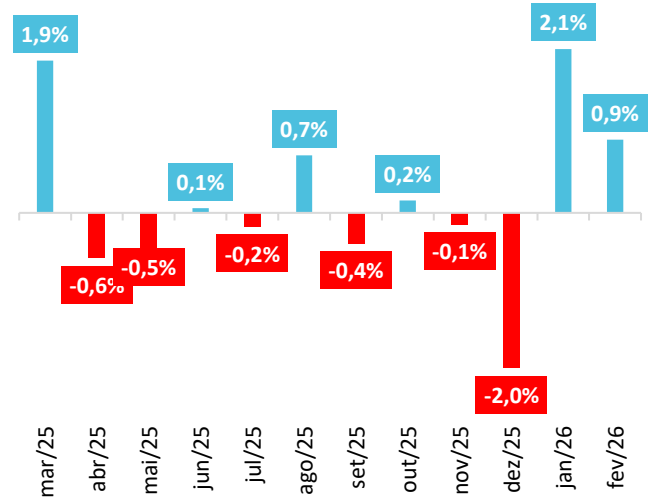
Na comparação interanual, a indústria registrou queda de 0,7% em fev/26 frente a fev/25, resultado que também é influenciado por fatores sazonais, em especial, o menor número de dias úteis em 2026, dado que em 2025 o feriado de Carnaval ocorreu em março.

Apesar do desempenho positivo no curto prazo, a indústria segue exibindo perda gradual de ímpeto em uma comparação mais longa. O crescimento acumulado em 12 meses desacelerou para 0,3%, comparado a uma alta de 2,6% em fev/25 (Quadro 2), mostrando ainda certa fragilidade da atividade do setor.

A abertura setorial indica que o dinamismo recente permanece ancorado principalmente na indústria extrativa, segmento menos sensível ao ciclo econômico doméstico, que registra crescimento de 7,4% no acumulado dos últimos 12 meses. Em contrapartida, a indústria de transformação continua perdendo fôlego, sem sinais mais claros de retomada. Ainda assim, ambos os segmentos apresentaram crescimento nos dois primeiros meses do ano, sugerindo que, apesar do ambiente desafiador para a transformação, há algum suporte de curto prazo ao nível de atividade, ainda que inferior ao observado no 1º semestre de 2025.

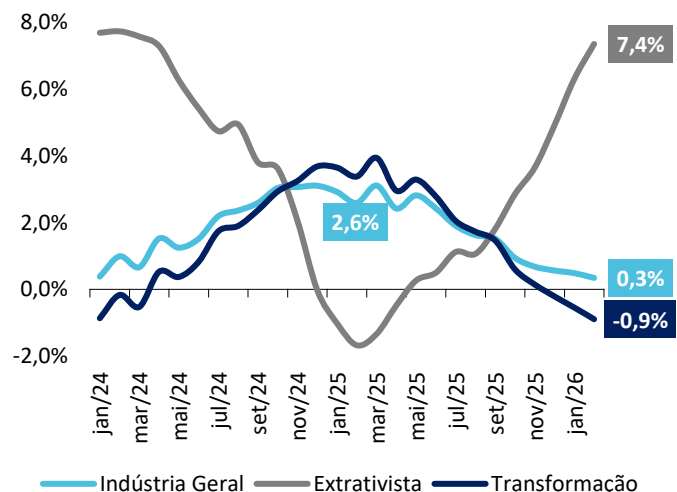
Neste contexto, a indústria de transformação cresceu 1,0% em fev/26, com contribuições positivas da produção de veículos (+6,6%), máquinas e equipamentos (+6,8%) e derivados de petróleo (+2,5%). Por outro lado, produtos farmacêuticos permaneceram em terreno negativo (-5,5%), assim como químicos (-1,3%) e metalurgia (-1,7%). O nível de difusão foi relativamente elevado, com 62,5% dos ramos industriais (15 de 24) registrando crescimento no mês.

Quadro 1: Produção Industrial  
Var % mensal (dessazonalizada)



Fonte: IBGE

Quadro 2: Crescimento da Indústria – Por Segmento  
Var % Acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Na classificação por categorias de bens, a PIM-PF apontou crescimento disseminado no mês, assim como já observado em janeiro, com alta nos bens de consumo (+0,9%), de capital (+2,3%) e intermediários (+1,1%). Ainda assim, na comparação interanual, os resultados seguem fracos: bens de capital (-13,5%), bens de consumo (-1,8%), com queda expressiva dos bens duráveis (-9,3%). Em contraste, houve crescimento de 3,5% nos bens de consumo não duráveis, sugerindo maior resiliência do consumo das famílias, mais dependente de renda, ao passo que os segmentos mais sensíveis ao crédito enfrentam um ambiente mais adverso.

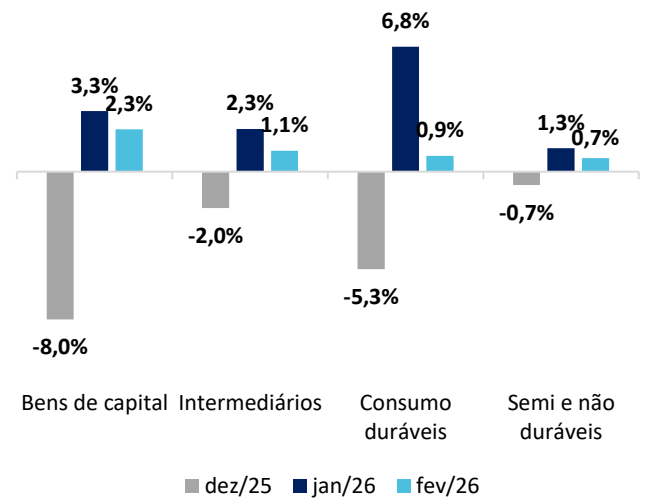
Portanto, o resultado da produção industrial registrou nova melhora em fevereiro, reforçando a percepção de retomada da atividade no 1T26. Contudo, em uma comparação de mais longo prazo, o setor ainda mostra razoável fragilidade.

**O mercado de trabalho formal voltou a mostrar alguma acomodação, embora siga com números positivos. Em fevereiro, o saldo entre admissões e demissões foi de 255 mil postos, segundo o Novo Caged.** Após o ajuste sazonal, o saldo ficou em 82 mil empregos líquidos (ante +92,7 mil em janeiro ou -11,5%). No acumulado em 12 meses, o saldo totalizou 1,0 milhão de empregos líquidos, ante 1,2 milhão em janeiro e 1,8 mi em fev/25.

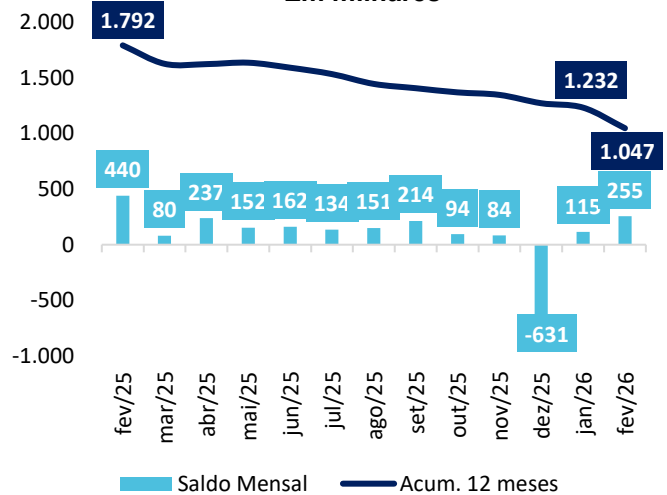
Na abertura setorial, todos os grandes setores mantiveram saldos positivos de emprego no mês. No entanto, houve redução relevante no ritmo de geração de vagas em todos os segmentos na comparação com fevereiro de 2025, quando a geração total de vagas foi de 440 mil (ver Quadro 5). O setor de serviços, principal empregador da economia, permaneceu como o maior gerador de postos, com 118,0 mil vagas líquidas, bem abaixo do registrado em fevereiro do ano passado (+261 mil). Destaca-se também o papel da administração pública, com saldo positivo de 79,8 mil vagas, ainda que inferior ao observado um ano antes (+103,9 mil). Esse comportamento sugere um arrefecimento do ímpeto da criação de empregos, embora apontando ainda certa resiliência do mercado de trabalho, dado que os números seguem positivos.

Em relação à remuneração, o salário médio real de admissão foi de R\$ 2.347 em fevereiro, alta de 2,8% ante fev/25, acima do observado em janeiro (+1,8%), sinalizando que, apesar da perda gradual de fôlego nas contratações, o elevado nível de emprego continua sustentando os ganhos salariais e a expansão da renda do trabalho.

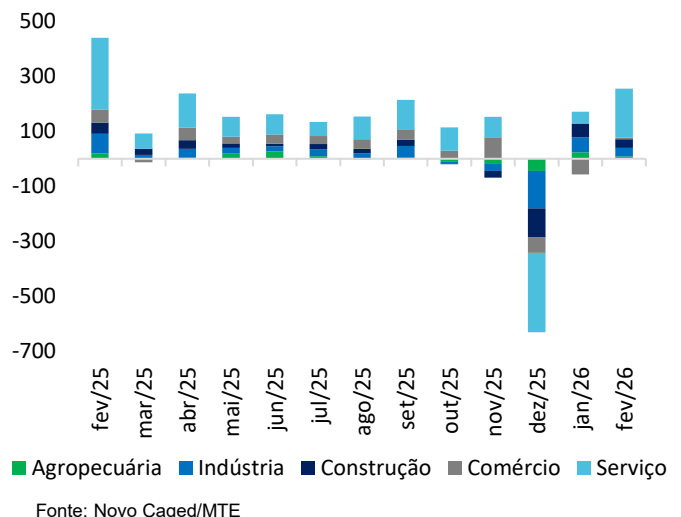
**Quadro 3: Crescimento da Indústria - por Categoria**  
Var % Mensal (dessazonalizado)



**Quadro 4: Saldo de Empregos Formais**  
Em milhares



**Quadro 5: Saldo de Empregos Formais – Por Setor**  
Em milhares



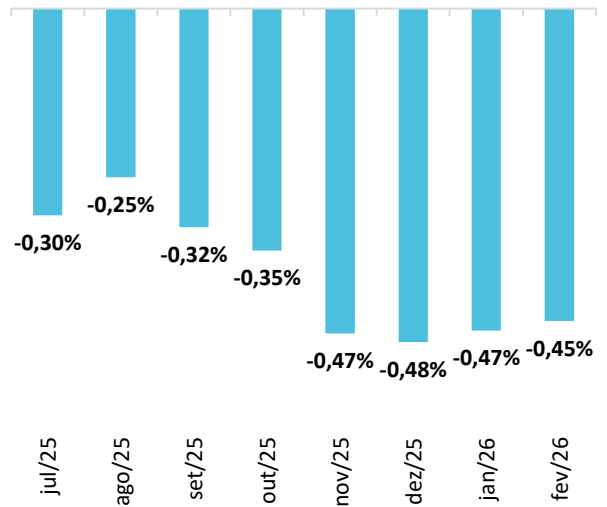
Em relação às contas públicas, o Governo Federal registrou déficit primário de R\$ 30,0 bilhões em fevereiro, praticamente em linha com o esperado pelo mercado (déficit de R\$ 31 bilhões). No acumulado em 12 meses, o déficit atingiu R\$ 58,3 bilhões (-0,45% do PIB), ante R\$ 59,9 bilhões (-0,47% do PIB) em jan/26. Apesar da melhora apenas marginal na comparação com fev/25, quando o déficit foi de R\$ 31,6 bilhões, o resultado pode ser considerado qualitativamente melhor. Isso porque a execução orçamentária foi significativamente impactada pelo atraso na aprovação do orçamento em 2025, o que limitou o volume de despesas, principalmente as discricionárias, reduzindo artificialmente a base de comparação ao longo de todo o 1º trimestre.

A Receita Corrente Líquida apresentou forte expansão no mês, com crescimento real de 5,6% em relação a fev/25, acumulando alta real de 2,7% em 12 meses. Esse desempenho decorreu da alta de 3,6% da Receita Total, impulsionada pela elevação dos tributos administrados pela RFB (+4,1%) e com receita previdenciária (+5,6%), mostrando resiliência da arrecadação; adicionalmente, houve redução real do volume de transferências da União para estados e municípios (-1,2%), influenciada pelo menor ingresso de Participações Especiais observado em jan/26.

Porém, as despesas seguem com alta relevante. A despesa primária cresceu 3,1% em termos reais em fevereiro frente ao mesmo mês do ano anterior, acumulando alta de 4,6% em 12 meses. Parte desse resultado, contudo, reflete a base de comparação deprimida de 2025, quando o atraso na aprovação do Orçamento restringiu a execução dos gastos discricionários a 1/18 ao mês, o que levou esse grupo de despesas a crescer 47,7% ante fev/25.

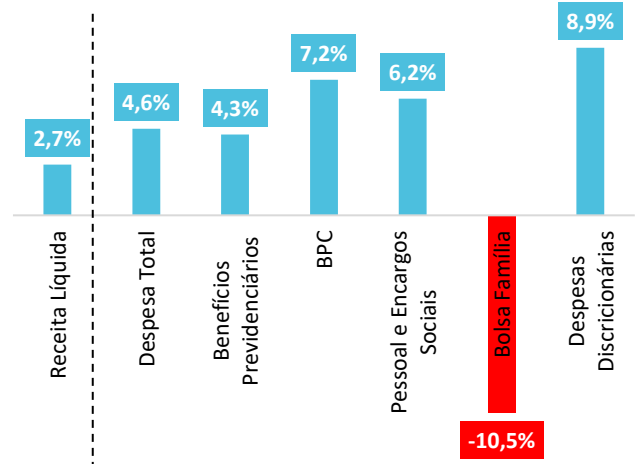
Contudo, os principais gastos obrigatórios seguiram avançando no mês: os benefícios previdenciários cresceram 2,2%, acumulando alta de 4,3% em 12 meses, enquanto o BPC mostrou avanço mais moderado na margem (+2,4%), mas ainda com elevação expressiva no acumulado de 12 meses (+7,2%), conforme Quadro 7. Esse comportamento mais contido no curto prazo, porém, pode não se sustentar ao longo do ano, em razão do represamento de concessões associado à fila do INSS, representando um risco relevante para a dinâmica orçamentária de 2026. Por sua vez, os gastos com o Bolsa Família apresentaram redução nominal (-5,1%) e real (-8,6%) ante fev/25, o que sinaliza tanto os efeitos do reforço na fiscalização cadastral quanto a contribuição de um mercado de trabalho ainda dinâmico, favorecendo a transição de famílias da assistência social para o emprego.

**Quadro 6: Resultado Primário do Governo Central Acum. 12 meses - % do PIB**



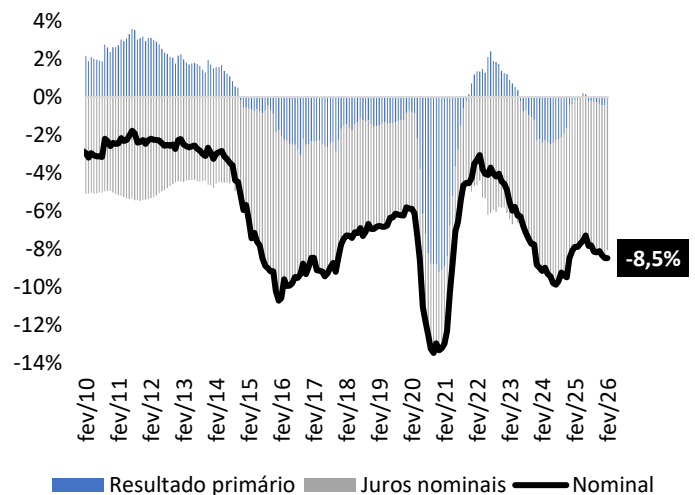
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

**Quadro 7: Crescimento das Receitas e Despesas do Governo Central – Var (%) Acum. 12 meses**



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

**Quadro 8: Resultado Primário, com Juros e Nominal % do PIB (acum. 12 meses)**



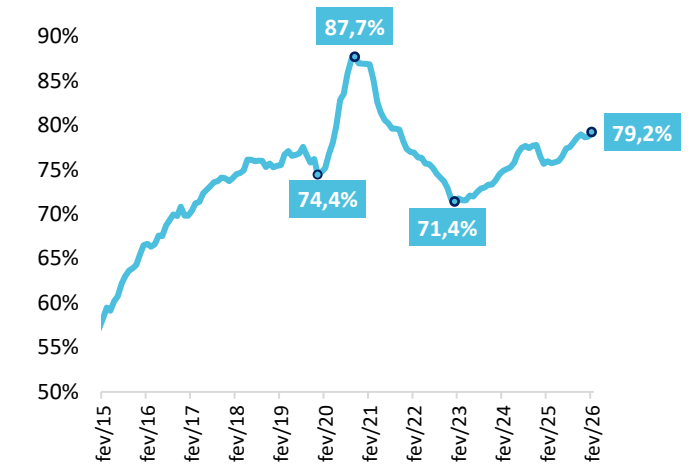
Fonte: BCB

Ainda na semana, o Banco Central divulgou que o setor público consolidado (Governo Central, estados, municípios e estatais) apresentou um déficit consolidado de R\$ 16,4 bilhões no mês. Os governos regionais contribuíram para mitigar o resultado consolidado, com superávit de R\$ 13,7 bilhões, uma vez que o Governo Central registrou déficit, conforme divulgado pelo Tesouro Nacional.

A conta de juros foi de R\$ 84,2 bilhões em fevereiro, frente a R\$ 78,3 bilhões em fevereiro de 2025. Esse aumento reflete o maior custo da dívida, principalmente indexada à taxa Selic e ao IPCA. Ainda assim, chama atenção o fato de fevereiro de 2026 ter contado com menor número de dias úteis, o que torna o crescimento dos juros nominais particularmente relevante no período. Com isso, o resultado nominal do setor público apresentou déficit de R\$ 100,6 bilhões no mês, acumulando R\$ 1,1 tri (8,5% do PIB) em 12 meses. Por fim, a Dívida Bruta do Governo Geral subiu 0,5 p.p., atingindo 79,2% do PIB ao final de fevereiro.

Portanto, sem grandes novidades, os números fiscais seguem trazendo um déficit primário do governo central, apesar do contínuo avanço da receita, enquanto o endividamento segue crescendo, pressionado também pelo elevado nível dos juros. Essa dinâmica deve perdurar ao longo de todo o ano. Por ora, o boletim Prisma Fiscal prevê um déficit primário de R\$ 66,0 bi no ano, com a dívida bruta atingindo 83,4% do PIB.

**Quadro 9: Dívida Bruta do Governo Geral % do PIB**



Fonte: BCB

## Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

### Mercados monitoram a guerra, enquanto Trump é pressionado por um desfecho do conflito

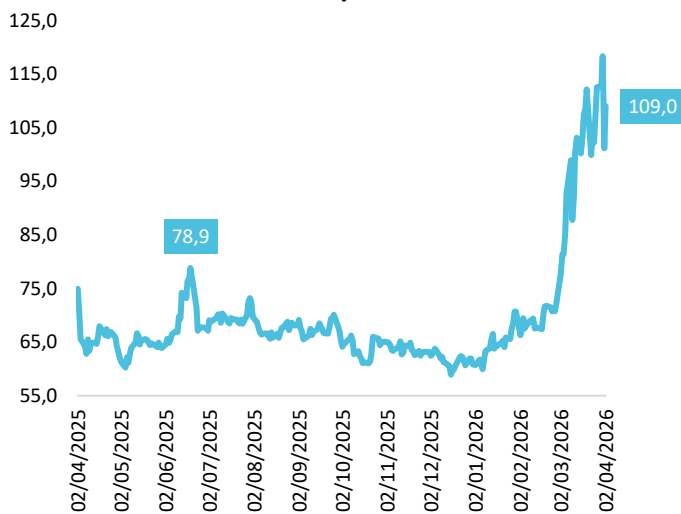
O humor dos mercados internacionais continua dependente dos desdobramentos da guerra no Oriente Médio, que se arrasta sem perspectiva de um fim a curto prazo. Donald Trump voltou a ameaçar alvos de infraestrutura energética iraniana em um pronunciamento em rede nacional na última quarta-feira (1), enquanto o Irã segue atacando a infraestrutura energética de países da região. Diante disso, o preço do barril de petróleo (tipo *Brent*) se manteve elevado, voltando a fechar a semana próximo de US\$ 110.

Adicionalmente, o presidente norte-americano criticou os líderes europeus pela falta de apoio na reabertura do Estreito de Ormuz, sob o argumento de que o continente depende mais do petróleo/gás do Oriente do que os EUA, cogitando a saída do país da Otan. Apesar das ameaças, Trump parece pressionado a encerrar o conflito, em um contexto de perda de popularidade internamente e eleições de meio de mandato (*midterms*) no fim do ano, que renovam o Congresso e um terço do Senado. Externamente, também aumenta a pressão de líderes internacionais pelo fim da guerra.

Quanto aos indicadores, destaque para o *payroll* de março nos EUA, que registrou criação de 178 mil vagas de emprego no mês, bem acima do esperado (+60 mil) e impulsionado pelo setor de saúde (+90 mil), que se recuperou após a greve em fev/26. A leitura confirmou que há forte ruído nos dados recentes, com revisão nos números de janeiro e fevereiro (-7 mil vagas do que o reportado previamente). A média móvel trimestral, que suaviza os dados, atingiu 68 mil vagas em março, e sinaliza alguma melhora do mercado, após se aproximar de zero. Já a taxa de desemprego caiu para 4,3% (ante 4,4%), porém, refletindo também a queda na taxa de participação. Um alívio trazido pela leitura foi a desaceleração dos ganhos salariais anuais para 3,5% (ante +3,8% em fev/26), menor valor desde mai/21 (+2,3%). O resultado, em conjunto com os efeitos da guerra, tende a reduzir ainda mais a disposição do Fed em cortar os juros nas próximas reuniões.

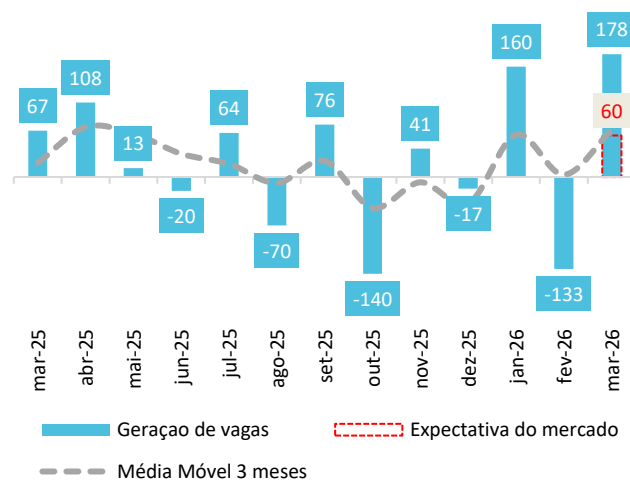
Na Zona do Euro, a prévia da inflação ao consumidor (CPI) subiu 1,2% em março, em linha com o esperado, a maior alta mensal desde out/22 (+1,5%), refletindo o impacto da guerra no Oriente Médio sobre os preços de energia (+6,8%). Em 12 meses, o CPI acelerou de 1,9% em fev/26 para 2,5%, voltando a ficar acima da meta (2,0% aa) do BCE. Vale notar que a região é dependente do gás importado, o que a torna bastante suscetível a aumentos dos preços de *commodities* energéticas. Com isso, o mercado tem elevado as apostas em uma alta dos juros (+0,25 pp, para 2,25% aa) na reunião do BCE de abril (dia 30).

Quadro 10: Preço do Petróleo (tipo *Brent*) Em US\$ por barril



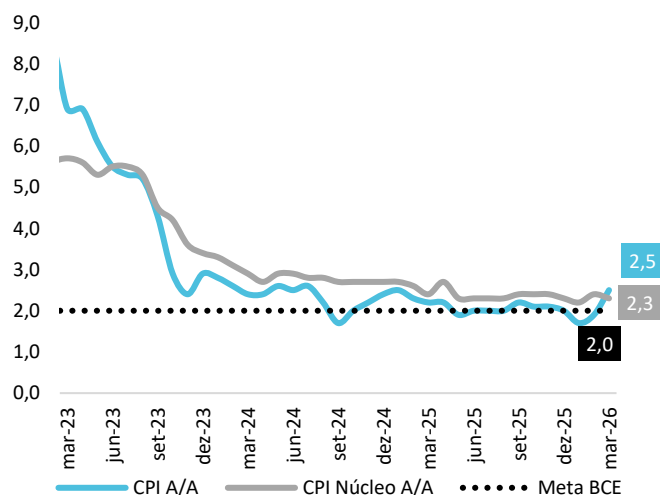
Fonte: Bloomberg.

Quadro 11: EUA – Geração de Vagas de Emprego Em milhares



Fonte: Bloomberg.

Quadro 12: Zona do Euro – Inflação ao Consumidor (CPI) – Var. % a/a



Fonte: Bloomberg.

## Nota de Operações de Crédito

## CRÉDITO / BANCOS

### Crescimento do saldo de crédito desacelera, enquanto juros e inadimplência seguem em alta

O saldo da carteira de crédito total avançou 0,4% em fevereiro, praticamente em linha com a estimativa da Pesquisa Especial de Crédito da Febraban (+0,5%). Assim, o ritmo de expansão anual do crédito desacelerou de 10,1% para 9,6%, menor patamar desde maio de 2024. Em proporção ao PIB, o crédito bancário ficou estável em 55,6%.

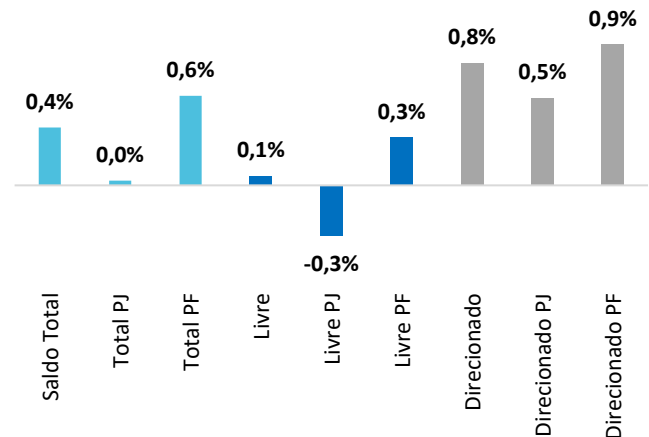
O avanço da carteira no mês refletiu a alta no crédito destinado às famílias (+0,6%). Por tipo de recursos, o avanço foi puxado pelos recursos direcionados (+0,9%), beneficiado pelas renegociações do crédito rural (+1,0%) e resiliência do segmento habitacional (+0,8%), que se beneficia da liberação do compulsório dos recursos da poupança e ajustes no programa MCMV. Já a carteira com recursos livres subiu apenas 0,3%, limitada pela queda do saldo do cartão à vista (-2,9%), em função do menor número de dias úteis do mês. Entre as altas, as linhas de maior risco/custo seguiram avançando: cartão rotativo (+4,3%), cartão parcelado com juros (+3,2%) e cheque especial (+0,8%). Outro destaque vem do consignado privado (+5,9%), que em 12 meses mais do que dobrou de tamanho (+125,8%). No acumulado em 12 meses, o ritmo de expansão da carteira PF segue em alto patamar (+11,2%; ante +11,3%), liderada pela carteira com recursos livres (+12,6%; ante +12,7%), enquanto a expansão da carteira direcionada permaneceu estável em 9,5%.

O saldo da carteira destinada às empresas, por sua vez, ficou estável em fevereiro, em razão do fraco desempenho do crédito livre (-0,3%).

Houve queda do saldo das linhas de descontos de recebíveis (-2,2%) e antecipação de faturas (-1,5%), dado o menor volume de vendas no varejo (e dias úteis) no mês, enquanto o saldo do capital de giro ficou estável. Já o saldo PJ com recursos direcionados avançou 0,5% no mês, ainda beneficiado pelos programas governamentais para MPMEs (+0,8%). No acumulado em 12 meses, a carteira PJ desacelerou de 8,3% para 7,1%, com dinâmica bastante distinta entre os tipos de recursos: a carteira direcionada segue com forte alta anual (+17,6%; ante +18,5%), embora com leve desaceleração; enquanto a carteira com recursos livres registrou alta anual de apenas 0,9% (ante +2,3%), menor marca desde jan/24 (+0,3%), em função do deslocamento da demanda por crédito das empresas para as linhas com recursos direcionados e o mercado de capitais.

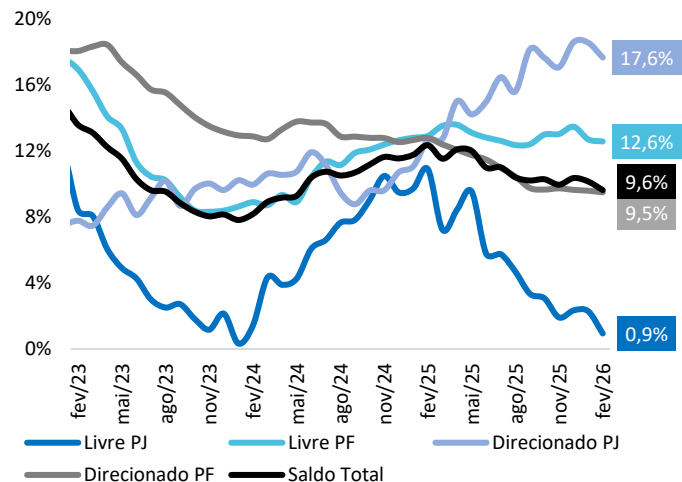
O volume total de concessões recuou 1,1% em fevereiro, na série deflacionada e com ajuste sazonal. O resultado refletiu tanto a queda do crédito concedido às empresas (-2,6%) como às famílias (-0,4%). No caso das famílias, a queda foi puxada pelo consignado privado, que registrou o primeiro recuo desde junho, embora siga em alto patamar (R\$ 7,1 bi, ante R\$ 9,2 bi em jan/26 e média de R\$ 1,5 bi/mês antes do novo programa). Por outro lado, as concessões no consignado INSS cresceram (de R\$ 4,8 bi para R\$ 6,4 bi) sugerindo alguma retomada da linha. No acumulado dos últimos 12 meses (ajustado por inflação e dias úteis), o ritmo de expansão das concessões totais ficou praticamente estável (+5,7%; ante +5,8%), sinalizando que o processo de desaceleração do crédito segue gradual.

Quadro 13: Saldo – Var.% mensal – Fev/26



Fonte: Bacen

Quadro 14: Saldo Total e Aberturas Var.% 12 meses



Fonte: Bacen

**A taxa média de juros subiu 0,3 pp no mês, para 33,0% aa, igualando o nível recorde da série registrado em outubro de 2016.**

A elevação da taxa média reflete o alto nível da taxa Selic, efeito composição com um *mix* de carteira mais arriscado (especialmente em PF livre) e elevação da inadimplência. O aumento foi puxado pela carteira PF (+0,4 pp, para 38,3% aa), especialmente entre os recursos livres (+1,0 pp, para 62,0% aa), puxado pelas linhas de maior risco, como o cartão rotativo (+11,4 pp, para 435,9% aa) e o cheque especial (+9,6 pp, para 147,0% aa). A taxa de juros média para as empresas ficou praticamente estável (-0,1 pp, para 21,1% aa).

**O spread médio, por sua vez, subiu 0,5 pp, para 22,1 pp, atingindo o maior nível desde março de 2017.** De toda forma, o indicador ainda segue bem abaixo do recorde da série (23,6 pp) observado em out/16.

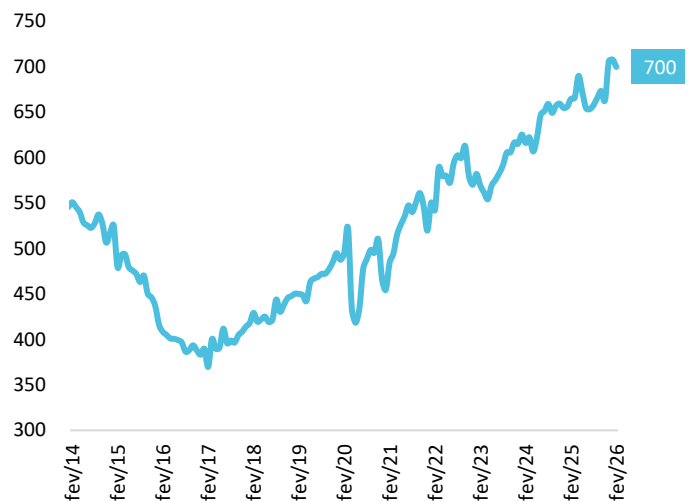
**A inadimplência (acima de 90 dias) da carteira total subiu 0,2 pp, para 4,3% em fevereiro.** Desde dez/24 a métrica acumula alta de 1,3 pp, com efeito relevante da Resolução CMN (4.966/2021) a partir de jan/25. Segundo as estimativas mais recentes do BCB (publicadas no último RPM do 1T26), 51% da alta (+1,0 pp) do indicador em 2025 decorre da nova regra.

Em fevereiro, foi registrada alta de mesma magnitude (+0,2 pp) na inadimplência das carteiras PF e PJ. Na carteira PF, o índice atingiu 5,2%, próximo ao recorde (5,5% em mai/12). Excluindo os efeitos da Res. 4.966, o índice estaria entre 4,3%/4,4% (BCB estima que 49% da alta em 2025 decorre da Res.), nível próximo ao observado na crise de 2015/2016, mas ainda abaixo do pico de 2012 (5,5%). Na carteira Livre, o índice atingiu 6,9% (ante 6,7%), com alta no consignado privado e no pessoal não consignado. Já na direcionada, passou de 3,1% para 3,2%, com novo recorde no crédito rural (7,4%; ante 7,1%). No caso das empresas, a taxa de inadimplência atingiu 2,6%, pressionado pelas MPMEs (de 5,6% para 5,9%).

**Portanto, o crescimento do saldo total de crédito segue em processo de desaceleração, ainda que com grande diferença entre o ritmo de expansão dos segmentos.** Na mesma direção, as concessões recuaram. Ao mesmo tempo, as taxas de juros e os spreads continuaram em alta, enquanto a inadimplência voltou a subir, especialmente entre as famílias, com níveis próximos aos observados na crise de 2015/16 (já desconsiderado o efeito da Resolução nº 4.966). No segmento empresarial, a inadimplência das MPMEs também inspira preocupação. Nesse contexto, a tendência é de continuidade do arrefecimento do crescimento da carteira, a menos que surjam novos estímulos.

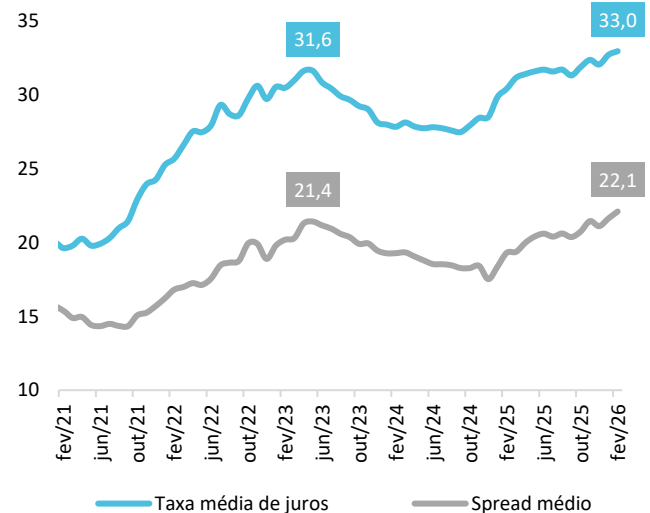
Para consultar um panorama mais detalhado das estatísticas de crédito, [clique aqui](#).

**Quadro 15: Concessão Total de Crédito com ajuste sazonal – Em R\$ bi (IPCA de fev/26)**



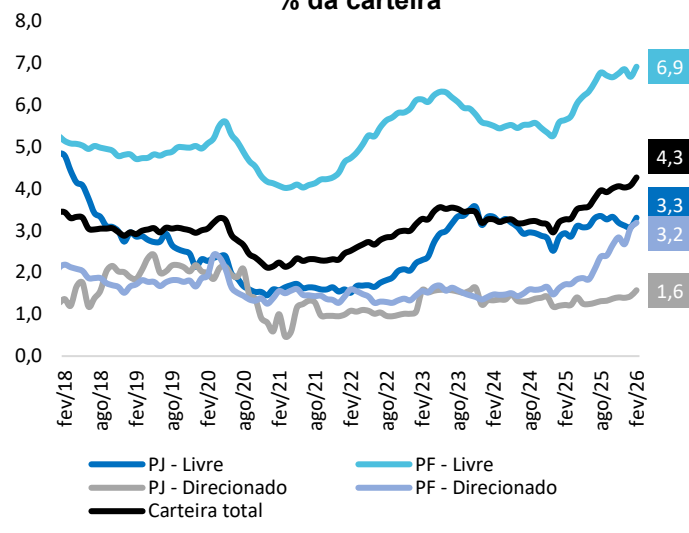
Fonte: Bacen

**Quadro 16: Taxa de Juros (% aa) e Spread Médio do SFN (pp)**



Fonte: Bacen

**Quadro 17: Taxa de inadimplência (> 90 dias) % da carteira**



Fonte: Bacen

## Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

### CRÉDITO / BANCOS

#### Crescimento esperado para o saldo de crédito sobe para 8,6% em 2026

A Pesquisa Febraban de Economia Bancária, realizada com 21 bancos entre 25 e 30 de março, elevou a expectativa de crescimento da carteira de crédito total de 2026 para 8,6% (ante 8,4% na pesquisa anterior). A projeção está em linha com os números recentes do segmento, que mostram que o mercado de crédito segue com desaceleração gradual, com a expansão anual do saldo permanecendo em alto patamar, em 9,6%, segundo os dados oficiais do BC referentes ao mês de fevereiro.

Entre as aberturas, houve aumento da expectativa de crescimento tanto do crédito livre quanto direcionado. No livre, a expectativa subiu de 7,6% para 8,0%, com avanço da projeção da carteira para as famílias (de 9,1% para 9,6%), refletindo a resiliência do mercado de trabalho, que tem mantido um bom ritmo de crescimento das linhas voltadas para o consumo. Por outro lado, houve nova redução na projeção para a carteira PJ (de 5,6% para 5,3%), que segue impactada pela concorrência com o mercado de capitais e as linhas direcionadas.

A projeção para a carteira direcionada subiu de 9,6% para 10,0%, com alta na projeção da carteira PF (9,1%; ante 9,0%), que tem mostrado resiliência no crédito habitacional; e, estabilidade em alto nível da projeção da carteira PJ (em 11,1%), sustentada

pelos programas governamentais para as MPMEs e linhas com recursos do BNDES.

Quanto à inadimplência da carteira livre, houve alta da expectativa para o indicador tanto em 2026: de 5,2% para 5,4%; como para 2027 (de 4,9% para 5,2%), mostrando que o cenário ainda exige certa cautela, em um contexto de redução da magnitude esperada para o ciclo de cortes de juros pelo BC, em função dos efeitos da guerra no Oriente Médio.

De toda forma, a expectativa de crescimento da carteira total subiu para 7,8% (ante 7,7%) em 2027, mas segue abaixo da expansão projetada para este ano (8,6%).

Portanto, o resultado da Pesquisa mantém o viés de alta para as projeções do mercado de crédito, em um contexto de manutenção do bom ritmo de crescimento da carteira Livre PF e Direcionada PJ, refletindo, neste caso, estímulos governamentais. Isso indica que o crédito deve seguir com uma desaceleração gradual ao longo do ano. Contudo, a preocupação com a inadimplência segue aumentando, como é possível observar com a revisão para cima das expectativas para o indicador.

O Quadro 18 apresenta o resultado consolidado da pesquisa atual e o comparativo com o obtido na pesquisa anterior.

**Quadro 18: Projeção Média para o Crescimento da Carteira de Crédito (Pesquisa Febraban de Economia Bancária)**

Projeções para Saldo de Crédito e Inadimplência (média entre as instituições)	2026		2027	
	Pesquisa Fev/26	Pesquisa Mar/26	Pesquisa Fev/26	Pesquisa Mar/26
<b>Carteira Total (var. % – total do SFN)</b>	8,4	<b>8,6</b>	7,7	<b>7,8</b>
Recursos Livres (var. % – total do SFN)	7,6	<b>8,0</b>	7,4	<b>7,5</b>
Crédito Livre para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	5,6	<b>5,3</b>	6,6	<b>6,5</b>
Crédito Livre para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	9,1	<b>9,6</b>	8,3	<b>8,5</b>
Recursos Direcionados (var. % – total do SFN)	9,6	<b>10,0</b>	8,3	<b>8,4</b>
Crédito Direcionado para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	11,1	<b>11,1</b>	8,2	<b>8,8</b>
Crédito Direcionado para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	9,0	<b>9,1</b>	8,4	<b>7,9</b>
Taxa de Inadimplência - % da Carteira Livre (acima de 90 dias, fim de período)	5,2	<b>5,4</b>	4,9	<b>5,2</b>

Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

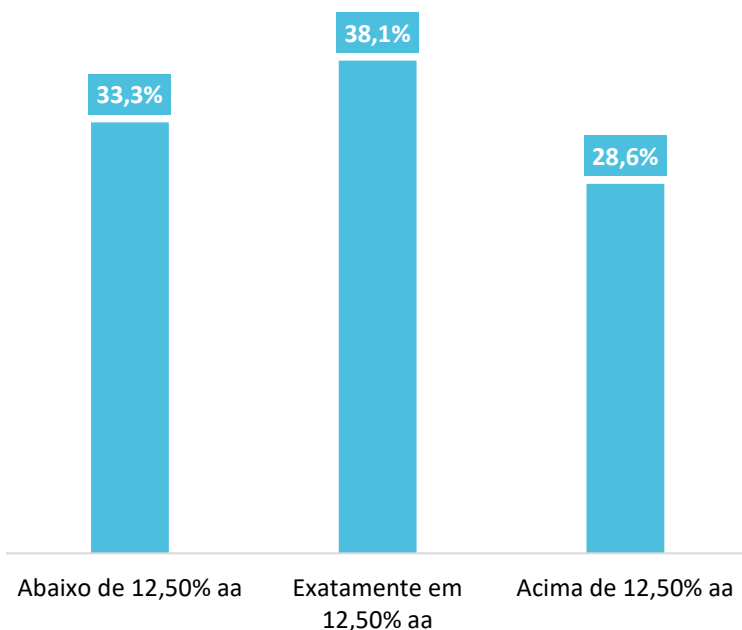
## Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

Em relação à percepção dos participantes sobre a economia brasileira e internacional, os principais pontos captados pela Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban foram:

- A maioria dos participantes (66,7%) da pesquisa classificou como adequada a decisão do Copom de reduzir os juros em 0,25 pp em sua última reunião. Apesar da deterioração do ambiente externo, os participantes entendem que o cenário doméstico (desaceleração da inflação e atividade) ainda permitia o início do ciclo de cortes.
- Neste cenário, a expectativa é de um novo corte de 0,25 pp, para 14,50% aa, na próxima reunião do Copom (29/abril), seguida de cortes de 0,5 pp nas reuniões seguintes. Quanto à taxa no final do ano (Quadro 19), os participantes estão relativamente divididos: 38,1% esperam que a Selic feche 2026 em 12,50% aa, conforme projeção atual apontada pelo boletim Focus, enquanto o restante se divide entre aqueles que esperam uma taxa abaixo deste nível (33,3%) ou acima (28,6%).

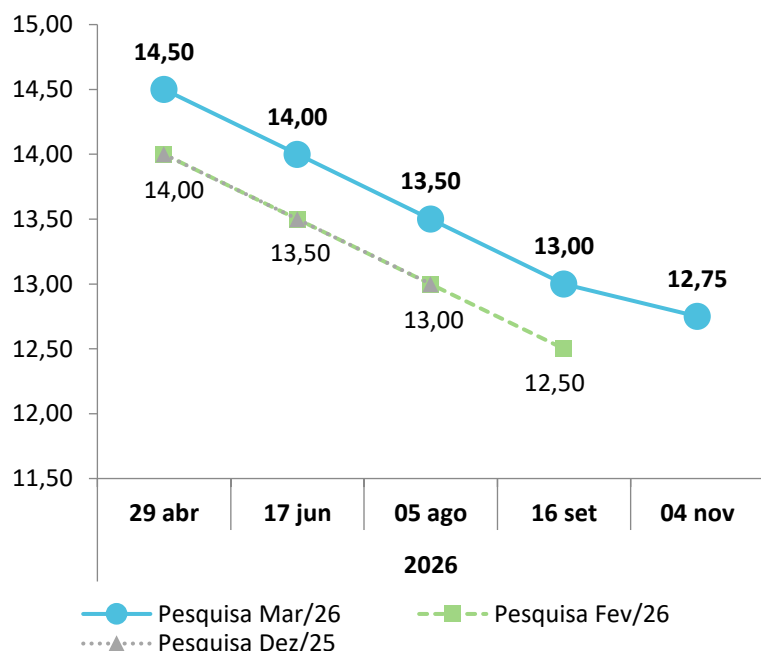
- Quanto à inflação, há um claro viés de alta para as projeções deste ano, com 66,7% dos participantes já projetando que o IPCA fique acima de 4% no ano.
- Em relação ao desempenho do PIB, embora os participantes sigam divididos, aumentou a dispersão das respostas em relação à pesquisa anterior. Cresceu a parcela dos respondentes que esperam um desempenho pior (de 33,3% para 38,1%) ou melhor (de 28,6% para 33,3%) do PIB em comparação com o consenso, que prevê expansão de 1,8% neste ano.
- Nos EUA, uma ligeira maioria dos analistas (52,4%) consultados esperam que o Fed não realize mais nenhum corte de juros neste ano, enquanto o restante (47,6%) espera, pelo menos, mais um corte de 0,25 pp em 2026. Por outro lado, por ora, ninguém ainda espera uma alta dos juros.
- Para acessar o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

**Quadro 19: Expectativa para a Taxa Selic no fim de 2026**



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

**Quadro 20: Projeção (mediana) para a Taxa Selic para as próximas reuniões do Copom**



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária



## MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	03/04/26	27/03/26	06/03/26	Viés	03/04/26	27/03/26	06/03/26	Viés
IPCA (%)	4,36	4,31	3,91	▲	3,85	3,84	3,80	▲
PIB (% de crescimento)	1,85	1,85	1,82	↔	1,80	1,80	1,80	↔
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	12,50	12,50	12,13	↔	10,50	10,50	10,50	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,40	5,40	5,41	↔	5,45	5,45	5,50	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	03/04/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
<b>NACIONAL</b>					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,16	-1,55%	-0,45%	-5,80%	-8,87%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	139,94	-2,38%	0,12%	1,04%	-24,51%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,61	-0,20%	-0,19%	-1,91%	2,91%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	13,95	-2,75%	-0,22%	1,01%	-7,34%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	13,81	-2,49%	-0,26%	2,46%	-6,21%
Índice Ibovespa (em pontos)	188.052,02	3,58%	0,31%	16,71%	43,34%
IFNC (setor financeiro)	19.481,43	5,29%	0,88%	12,64%	39,35%
<b>INTERNACIONAL</b>					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	3,84	-1,85%	1,23%	11,34%	4,29%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,34	-1,97%	0,56%	5,31%	7,74%
Dollar Index	100,03	-0,12%	0,07%	1,82%	-2,00%
Índice S&P 500 (em pontos)	6.582,69	3,36%	0,83%	-4,55%	16,08%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	156,51	5,21%	1,43%	-5,46%	26,38%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	127,79	3,80%	1,10%	2,02%	12,97%
Índice Euro Stoxx 50	5.692,86	3,40%	2,21%	-1,78%	7,33%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	245,57	3,99%	2,80%	-6,91%	29,90%
Barril de Petróleo - tipo Brent (US\$)	109,03	-3,14%	-7,87%	76,08%	45,47%

Fonte: Bloomberg.

**Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos**  
[economia@febraban.org.br](mailto:economia@febraban.org.br)

Rubens Sardenberg  
 Jayme Alves  
 Luiz Fernando Castelli  
 João Vítor Siqueira  
 Marcos Duarte  
 Jéssica Silva Martins